

# RACISMO CONFIGURACIONAL

## CONFIGURATIONAL RACISM

Artigo recebido em: 8/29/2025

Artigo aceito em: 11/28/2025

**Alan Araújo Freitas\***

\*Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI),

Itabira, Minas Gerais, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2470191781808059>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7489-2126>

[alan.freitas@unifei.edu.br](mailto:alan.freitas@unifei.edu.br)

The authors declare that there is no conflict of interest

### Resumo

O conceito de racismo configuracional é utilizado no presente artigo na tentativa de explicitar um fenômeno complexo. Argumenta-se que o racismo perpassa escolhas cotidianas, formas de sociabilidade e padrões de aproximação e distanciamento social entre indivíduos. Propõe-se uma crítica às leituras eminentemente estruturais do racismo, em busca de uma perspectiva integrada ou sintética, capaz de combinar, simultaneamente, percepções fenotípicas, práticas simbólicas e condições materiais. O conceito de raciabilidade é utilizado no sentido de evidenciar como indivíduos são situados racialmente em diferentes configurações contextuais, o que afeta as interações sociais e as oportunidades na vida. Assim, o racismo é compreendido como uma configuração dinâmica entre subjetividades, relações sociais e sistemas de poder.

**Palavras-chave:** Racismo Configuracional, Racismo Relacional, Raciabilidade, Redes de Amizade, Homofilia Racial, Sociabilidade.

### Abstract

The concept of configurational racism is used in this article in an effort to clarify a complex phenomenon. It is argued that racism permeates everyday choices, forms of sociability, and patterns of social proximity and distancing among individuals. The article proposes a critique of predominantly structural interpretations of racism, seeking an integrated or synthetic perspective capable of simultaneously combining phenotypic perceptions, symbolic practices, and material conditions. The concept of racializability is employed to highlight how individuals are racially positioned in different contextual configurations, which affects social interactions and life opportunities. Thus, racism is understood as a dynamic configuration between subjectivities, social relations, and systems of power.

**Keywords:** Configurational Racism. Relational Racism. Racializability. Friendship Networks. Racial Homophily. Sociability

## 1 INTRODUÇÃO

A afirmação de que o racismo reside nas estruturas sociais não é recente, assim como não é possível refutar essa hipótese, mas podemos complementá-la com base em uma abordagem sintética, entendendo que o racismo existe simultaneamente nas estruturas e interações sociais. Ele se reproduz em grupos sociais fechados e, portanto, afirmamos que o racismo é, em suma, configuracional. Assim, ele reside simultaneamente nas estruturas sociais e nas mentes e corações de algumas pessoas que podem reavivá-lo por meio de sua ação, seja por palavras, atos ou gestos. O racismo está na microfísica das relações sociais, na vida cotidiana, nas relações face a face, nos comportamentos comuns e cotidianos dos indivíduos, bem como nas estruturas materiais e simbólicas, nos significados historicamente construídos e nas relações materiais entre indivíduos, grupos e instituições sociais. Interessa-nos especialmente a interação entre origem, destino e cor na sociabilidade ou na formação de laços de amizade.

Considerando o contexto brasileiro, vale destacar que, em 2023, os insultos raciais foram equiparados ao crime de racismo pelo Supremo Tribunal Federal. Em nossa interpretação, isso se mostra correto, visto que o racismo e os insultos raciais são manifestações da ideologia da intolerância e do ódio contra aqueles que são diferentes. Como alternativa aos teóricos que entendem a questão racial separadamente, como dois atos distintos – um contra o coletivo e o outro contra o indivíduo específico –, defendemos, de forma sintética, o conceito de racismo configuracional, com o objetivo de compreender que os insultos raciais e o racismo derivam do mesmo princípio segregacionista, da mesma forma estrutural significativa em todo o Ocidente, assim como em suas antigas colônias, originada da ideologia da racialização.

O racismo baseado em relações de mercado e, em particular, na divisão das sociedades em classes sociais, é recorrente em pesquisas que analisam a questão racial no Brasil. Por outro lado, a interação entre cor, classe e origem social é desconhecida quando analisada sob a perspectiva da sociabilidade. Essa lacuna pode ter contribuído para a disseminação de análises funcionalistas sobre a questão racial. Embora alguns desses teóricos possam genuinamente desejar a mudança social, suas teorias, como a teoria do racismo estrutural de Almeida (2019), acabam endossando o modelo colonial de pensamento, incapaz de conceber uma realidade não racial, precisamente porque entende as relações sociais em termos de totalidades determinadas e não de probabilidades de

ocorrência. A questão racial é tratada, pelos teóricos do racismo estrutural, como um fator constitutivo essencial das nações modernas: ela é a infraestrutura determinante de todas as outras relações sociais em um dado território.

## 2 SOCIABILIDADE RACIAL EM REDES DE AMIZADE

As redes de amizade sempre ocuparam um lugar central na sociologia das relações sociais, tanto como espaços de sociabilidade cotidiana quanto como arenas de reprodução das desigualdades sociais, embora haja uma lacuna nas discussões sobre sociabilidade racial nas relações de amizade na sociologia brasileira. Os estudos no Brasil têm se concentrado em temas relacionados a uma parte do conceito de unidade orçamentária de Max Weber, ou seja, a família, mas negligenciaram relações sociais não familiares, como as amizades, por exemplo, o que representa uma lacuna no conhecimento atual sobre relações étnico-raciais. Autores como Moody (2001), McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) e Small (2009) revelaram padrões de homofilia racial e de classe em escolas, bairros e ambientes de trabalho nos EUA, todos, na prática, entendidos como arenas sociais de segregação. Mesmo em contextos multiculturais, como mostram Moody (2001) e Hofstra et al. (2017), as redes de amizade são organizadas com base em relações sociais estruturadas em termos de classe e raça, como também argumentado por Hasenbalg (1979), Ribeiro (2006) e Ribeiro e Silva (2009).

Nas últimas décadas, análises de redes estocásticas e metodologias longitudinais (Snijders; Van de Bunt; Steglich, 2010; Steglich; Snijders; Pearson, 2010) ampliaram esse diagnóstico, mostrando que seleção e influência interagem dinamicamente na produção de laços sociais. Mais do que um reflexo de afinidades estáveis, as amizades são configuradas como processos relacionais que envolvem reciprocidade e alguma forma de proximidade; características estruturais, como a composição de turmas escolares, clubes e bairros, por exemplo, reforçam padrões culturais de segregação (Moody, 2001; Mouw; Entwisle, 2006; Block, 2015; Block; Grund, 2014) em uma determinada sociedade.

A pesquisa internacional sobre a correlação entre amizade, etnia/raça e classe social é extensa e multifacetada, com forte foco nos contextos escolares e comunitários. Autores como Hallinan e Teixeira (1987) demonstram a natureza não aleatória das amizades inter-raciais, que são influenciadas pelo desempenho acadêmico, pela classe social e pela composição racial do ambiente escolar. Moody (2001) mostrou que a

segregação existe nas amizades mesmo em situações que, à primeira vista, demonstram a existência de integração social. De forma sutil, a linha que separa os indivíduos continua sendo resultado da distribuição econômica e social, bem como da segregação residencial.

Um ditado afirma que "semelhante atrai semelhante" (McPherson, Smith-Lovin e Cook, 2001), uma máxima que revela situações sociais de conforto, relacionadas ao que soa familiar, e contextos que revelam fronteiras erguidas em relação a indivíduos considerados "diferentes". Esse padrão não resulta exclusivamente das escolhas dos indivíduos, mas decorre principalmente de processos de solidariedade e reciprocidade (Block, 2015), com manifestações em distintos aspectos da identidade (Block; Grund, 2014).

Em outro estudo, Kao e Joyner (2004) mensuraram a frequência e a qualidade das interações em amizades intra e inter-raciais, controlando variáveis de classe social, enquanto Mouw e Entwisle (2006) associaram a segregação residencial a uma menor probabilidade de laços inter-raciais nas escolas. Aqui, o foco se desloca do clássico dualismo branco-negro. O uso não binário de agrupamentos étnico-raciais mostra, sob outra perspectiva, como as hierarquias de status se desenvolvem, configuram e moldam a sociabilidade (Quillian e Campbell, 2003). Normas de grupo e identidade étnico-racial influenciam a escolha de amizades inter-raciais (Aboud, Mendelson e Purdy, 2003; Aboud e Sankar, 2007), com base na análise de aspectos como a percepção do apoio recebido da família, colegas e amigos. Esses trabalhos oferecem estruturas robustas para mensurar a homofilia racial e de classe a partir de uma perspectiva comparativa.

Abordagens mais recentes têm chamado a atenção para o fato de que a amizade não é um mero detalhe da vida social, mas sim um vínculo estruturante que contribui para a manutenção da coesão social, do bem-estar subjetivo e da circulação de recursos simbólicos e materiais em diferentes direções dentro das sociedades (Allan, 1998). Grande parte da literatura internacional, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, prioriza a análise da homofilia étnica e de classe social (Lazarsfeld; Merton, 1954; Byrne, 1971; Moody, 2001; Baerveldt et al., 2004/2007; Smith; Maas; Van Tubergen, 2014; Stark; Flache, 2012). No Brasil, onde as desigualdades raciais e de classe estão historicamente interligadas (Hasenbalg, 1979; Telles, 2004), a homofilia resulta da reprodução, no tempo e no espaço, de hierarquias estruturais. Estudos posteriores de Costa (2002), Guimarães (1999) e Munanga (1999) aprofundaram esse debate, mostrando que as relações raciais brasileiras seguem uma gramática própria, marcada por

ambivalências entre a aparente integração e a persistência da segregação.

Especialmente no Brasil, o debate sociológico sobre o racismo apresenta diferentes interpretações de suas causas e manifestações (ALMEIDA, 2019). “De forma didática, é possível classificá-las em três grandes concepções: individualista, institucional e estrutural” (ALMEIDA, 2019, p. 24). “Essas abordagens diferem de acordo com a relação entre a) racismo e subjetividade; b) racismo e Estado; e c) racismo e economia” (ALMEIDA, 2019, p. 24). As relações raciais e as hierarquias de classe continuam a se entrelaçar histórica e estruturalmente com os destinos sociais dos indivíduos (HASENBALG, 1979; TELLES, 2004; SANSONE, 2004).

É importante destacar que racismo e racismo são conceitos relacionados, mas não são a mesma coisa. O racismo surgiu antes do racismo e é a ideia de que a humanidade está dividida em raças biologicamente diferentes, cada uma com suas próprias características permanentes. Essa crença, comum no século XIX, foi usada para criar classificações pseudocientíficas que tratavam as diferenças entre os grupos humanos como naturais. O racismo, por outro lado, é um sistema ideológico e político que transforma essas diferenças em hierarquias, gerando discriminação, exclusão e desigualdades. O racismo fornece a base para a classificação, enquanto o racismo se manifesta em práticas sociais, institucionais e simbólicas que inferiorizam certos grupos. O racismo é o fundamento intelectual do racismo moderno, mas é o racismo que define as relações de poder e a experiência social das pessoas racializadas. Como Munanga nos diz, o conceito de racismo foi desenvolvido no século XX, com a ideologia da superioridade racial se dissipando do contágio das ideologias racistas dos séculos XVIII e XIX, que eram prontamente usadas para justificar diferenças em termos materiais. A divisão racial foi um dos critérios utilizados na distribuição e alocação de recursos e privilégios.

O conceito de "raciabilidade" descreve como e com que intensidade os indivíduos se percebem e são percebidos, interpretados e situados racialmente em diferentes contextos sociais. Flexível e não constante, a noção surge da intersecção de características físicas, percepções históricas e condições sociais específicas. Esse conceito organiza as relações sociais, influenciando expectativas, acesso, barreiras e formas de tratamento no cotidiano e em instituições. O fenótipo, nesse caso, não é meramente um dado biológico, mas um marcador social que está em constante interpretação. Socialmente estruturada, a raciabilidade denota a capacidade de ação em relação às estruturas sociais; os indivíduos

são capazes, até certo ponto, de modificar a forma como são compreendidos em determinadas relações contextuais. Nesse sentido, vale lembrar que algumas pessoas recorrem à cirurgia plástica, a procedimentos estéticos, a tratamentos capilares e a outras técnicas de clareamento da pele para mudar a forma como são vistas e avaliadas. Essas práticas demonstram que o corpo se torna um espaço fluido no qual alguns tentam modificar sua própria raciabilidade e, assim, alterar a forma como são percebidos e tratados na sociedade.

Um quadro conceitual integrado, que articula diferentes níveis analíticos, pode ser compreendido a partir de múltiplas interações em diferentes níveis: individual, grupal e estrutural. No nível microsocial, nas relações sociais estabelecidas entre indivíduos ou em relações face a face, a identidade individual é considerada distinta da identidade coletiva e social. A ação social baseia-se na racionalidade e na capacidade de monitoramento reflexivo da ação. Aqui, o indivíduo não atua como um reprodutor da estrutura social; esse tipo de abordagem enfatiza a importância da influência, da reciprocidade e da transitividade associadas à sociabilidade (cf. SNIJDERS; VAN DE BUNT; STEGLICH, 2010; STEGLICH; SNIJDERS; PEARSON, 2010; BLOCK, 2015).

No nível mesossocial, entendido assim devido ao grau de agregação dos indivíduos em grupos sociais, a identidade social e os efeitos da categorização grupal sobre e para os indivíduos entram em jogo (TAJFEL, 1978; TAJFEL; TURNER, 1986; BREWER, 1979). É nesse nível analítico que a percepção racial desempenha um papel singular, especialmente no caso brasileiro. Os grupos sociais colocam em prática, de maneiras distintas, com base em suas características, valores e crenças, os fatores condicionantes estruturais (ideológicos, simbólicos e materiais). É nesse nível que a estruturação social atua como influenciadora das percepções, de quem é visto como semelhante ou diferente.

Em nível macrosocial, encontramos os processos históricos de estratificação e assimilação (ALBA; NEE, 2003; PORTES, 1984; PORTES; ZHOU, 1993; WIMMER, 2013), que moldam as fronteiras de pertencimento e limitam as trajetórias de mobilidade e as chances de interseção entre diferentes grupos (MOODY, 2001; MOUW; ENTWISLE, 2006). Nesse arcabouço analítico, a ação social é explicada com base em determinantes e restrições estruturais, não deixando espaço para a agência individual. Em contraste com as teorias individualistas, estamos em um campo metodológico predominantemente coletivista, onde o coletivo (estruturas e instituições) predomina

sobre o indivíduo.

### 3 CONCEPÇÃO INDIVIDUALISTA

Almeida (2014) compreende o racismo de duas maneiras: a do individualismo metodológico (ação social) e a do coletivismo metodológico (institucional e estrutural). Segundo Almeida (2014), a primeira entende o racismo como uma patologia psicológica e moral, com a diferença de que o foco se restringe ao comportamento dos indivíduos (cf. ALMEIDA, 2019, p. 25). Desse ponto de vista, não existem sociedades racistas; existem indivíduos racistas, entendidos como pessoas que agem de forma irracional e irrefletida (ALMEIDA, 2019, p. 25). A forma de confrontar o racismo, na visão individualista, é por meio da educação moral, da formação da consciência individual e também por meio de leis contra atos racistas (ALMEIDA, 2019, p. 25). Almeida (2019) afirma que a concepção individualista é fortemente influenciada pelo liberalismo econômico e político. Neste paradigma, o racismo é entendido como um desvio de conduta, embora não seja diretamente compreendido como parte da ordem social (ALMEIDA, 2019, p. 25).

Embora reconheça o racismo como uma imoralidade, essa visão é limitada porque ignora as dimensões históricas, políticas e econômicas da desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 25). Ao reduzir o racismo a atitudes individuais, desconsidera o fato de que a legalidade e as instituições frequentemente sustentam práticas discriminatórias (ALMEIDA, 2019, p. 25). Assim, a análise individualista tende a permanecer no âmbito de um moralismo inconsequente, expresso em frases como "somos todos humanos" ou "tenho amigos negros", sem abordar as causas estruturais da exclusão racial (ALMEIDA, 2019, p. 25).

### 4 TEORIAS INTERACIONISTAS

Desde os primórdios da sociologia, os estudos sobre classe ganharam maior visibilidade do que os sobre sociabilidade. A tradição marxista e suas derivações ocuparam o centro do debate, privilegiando as estruturas, posições e conflitos de classe como eixos explicativos do social. Mas existe uma perspectiva menos conhecida, a de Gabriel Tarde e Georg Simmel, que compreende a sociedade como resultado das interações cotidianas. Para Tarde, o social surge da imitação, da invenção e do contágio

entre consciências individuais; para Simmel, o que chamamos de sociedade é meramente a forma que as relações assumem quando se repetem ao longo do tempo. Ambos consideravam a sociabilidade como fundamento, e não reflexo, das estruturas, embora não tenham trabalhado diretamente com a questão racial.

Com base na sociologia de Gabriel Tarde, reconstruímos nosso argumento central de que a noção de raça se dissipou devido à imitação social das teses evolucionistas defendidas por cientistas europeus no contexto específico do regime colonial, particularmente nos séculos XVIII e XIX. Assim, o racismo estrutural, frequentemente tratado como ponto de partida, pode ser compreendido como o resultado final de processos relacionais mais sutis e persistentes. É um resultado plausível da interação social mediada por fatores raciais. Se o racismo fosse apenas estrutural, institucionalizado, seria de se esperar que todas as pessoas fossem racistas no mesmo grau – e isso não é verdade. O racismo se manifesta de diversas maneiras porque se origina no campo relacional, no contato, nas escolhas de proximidade e distância, embora exista uma forma estrutural ou ideologia. É nas relações que o racismo se forma e é nelas que ele continua a se reproduzir, mesmo quando as fronteiras de classe parecem se dissolver.

A amizade moderna configura-se como uma forma social “pura”, desvinculada de estruturas sociais herdadas (SIMMEL, [1908] 2006, p. 135) e de obrigações morais e políticas. Contudo, é necessário reconhecer que esses autores falam a partir de uma perspectiva eurocêntrica, na qual a amizade é concebida como uma experiência universal, embora, na prática, essas análises se restrinjam a sociedades homogêneas, predominantemente de classe média, constituindo realidades marcadas pela narrativa ocidental da modernização. Cabe ressaltar que os autores citados têm em comum o fato de nenhum deles ter avaliado os laços de amizade em sociedades multiculturais e multiétnicas, nem as relações inter-raciais nesses espaços sociais.

A amizade é entendida como um refúgio íntimo e também como um poderoso mecanismo de exclusão social. A noção de grupo social fechado de Max Weber é fundamental para compreender como alguns grupos sociais se comportam na prática. Weber afirma categoricamente que esses grupos delimitam fronteiras de pertencimento e estabelecem critérios como origem familiar, étnica, religiosa ou outra, com o objetivo de monopolizar recursos, oportunidades e privilégios, cujo acesso é exclusivo aos membros considerados legítimos pelo grupo. Embora abram espaços para a coexistência, esses grupos reproduzem hierarquias raciais, de classe e de gênero.

Portanto, ao traduzir as teorias europeias supracitadas para o contexto brasileiro, torna-se necessário compreender que as afirmações universalistas dessas teorias devem ser relativizadas e contextualizadas com base na realidade local em análise. Se, segundo autores como Tönnies, Simmel e Giddens, a modernidade se caracteriza pelo deslocamento das relações sociais demarcadas pela evidente influência do passado e da tradição para inter-relações guiadas pela escolha individual, como pode o patrimônio social, especialmente o patrimônio étnico-racial, ainda ser significativo na contemporaneidade? Longe de ser uma escolha exclusivamente afetiva e subjetiva, a amizade se situa em um campo objetivo de disputas por reconhecimento, pertencimento e poder.

A literatura qualitativa e de métodos mistos acrescenta profundidade interpretativa a esse panorama. Twine (2006; 2011), em um estudo etnográfico no Reino Unido, investigou a construção da confiança e da intimidade entre amigos de diferentes ascendências, mostrando como as experiências de discriminação permeiam as interações cotidianas. Thorne (1993), com base na observação participante em escolas primárias americanas, revelou como as barreiras de gênero e raciais se materializam nas brincadeiras e na formação de grupos. Lewis (2003), utilizando entrevistas em profundidade, analisou como estudantes universitários lidam com as desigualdades raciais e de classe, indicando que a consciência dos privilégios e das desigualdades impacta diretamente a durabilidade dos laços.

## 5 TEORIA DA IDENTIDADE SOCIAL

A teoria da identidade social (TAJFEL, 1978; TAJFEL e TURNER, 1986; BREWER, 1979) demonstrou que a categorização em grupos não apenas define preferências, mas também estabelece limites de pertencimento que reproduzem desigualdades. Instituições como escolas e salas de aula, longe de funcionarem como espaços neutros de socialização, delimitam e restringem as oportunidades de amizade. Os amigos influenciam-se mutuamente, afetando atitudes, comportamentos e identidades (BRECHWALD e PRINSTEIN, 2011). Estudos comparativos em contextos de imigração no Norte Global reforçam que a homofilia étnica envolve interações complexas entre identidade, preferências e oportunidades (PHINNEY, 1990; UMAÑA-TAYLOR et al., 2014; JUGERT e LESZCZENSKI e PINK, 2020; SANTOS; KORNIENKO; RIVAS-

DRAKE, 2017).

Com base nesses elementos, propomos uma estrutura conceitual integrada que articula três níveis analíticos. No nível microsocial, operam os mecanismos clássicos da homofilia, bem como os efeitos da seleção, influência, reciprocidade e transitividade (STEGLICH; SNIJDERS; PEARSON, 2010; SNIJDERS; VAN DE BUNT; STEGLICH, 2010; BLOCK, 2015). Ao pensar em amizade, identidade e integração, é importante lembrar o conceito de homofilia, que afirma que as pessoas tendem a se relacionar com aquelas que consideram semelhantes. Esse padrão não é casual, mas influencia constantemente nossas escolhas e relacionamentos. Compreender a identidade étnica nesse contexto é fundamental, pois molda a forma como nos vemos e como somos vistos. Phinney (1990) e Ashmore, Deaux e McLaughlin-Volpe (2004) mostram que a identidade étnica envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais. A teoria da identidade social de Tajfel e Turner (1986) destaca que a categorização e a comparação entre grupos fortalecem o sentimento de pertença, mas também podem gerar exclusão e preconceito.

É precisamente nesse cenário que a teoria do contato social se destaca, argumentando, juntamente com Pettigrew e Tropp (2006) e Davies et al. (2011), que a convivência entre pessoas diferentes pode dissolver preconceitos e ampliar os horizontes da identidade. Nesse ponto, essa teoria nos lembra que cada amizade é também um ensaio para a possibilidade de romper fronteiras, mostrando que, para toda regra, há exceções – e, sendo assim, significa que se trata de uma construção social que pode inclusive ser modificada.

## 6 CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL

No período pós-guerra (Segunda Guerra Mundial), autores como Lazarsfeld e Merton (1954) e Byrne (1971) demonstraram, a partir de uma perspectiva funcionalista, como a homofilia estrutura os laços matrimoniais. Segundo esses autores, esses laços são organizados com base na similaridade de origem social, cor, crenças e valores entre os indivíduos (LAZARSELD; MERTON, 1954, p. 23). Em praticamente toda a América, há um consenso de que a homofilia é um padrão persistente (MOODY, 2001; CURRARINI et al., 2010; SMITH et al., 2016). Pesquisas mostram que mecanismos de seleção e influência, mediados por instituições, moldam esses processos (GOODREAU et al., 2009; STARK; FLACHE, 2012). Alguns estudiosos da área argumentam que

mecanismos institucionais influenciam a escolha de amizades (GOODREAU et al., 2009; STARK; FLACHE, 2012). A teoria institucional desloca o foco do indivíduo para as instituições sociais. Nessa teoria, o racismo resulta do funcionamento desigual das instituições sociais, que penalizam os indivíduos com base em sua aparência e/ou ascendência. As instituições moldam o comportamento social, estabelecendo normas e padrões de conduta que reproduzem privilégios e desvantagens raciais, muitas vezes sem intenção explícita.

Segundo Almeida (2019), o conceito foi estabelecido por Charles Hamilton e Kwame Ture em *Poder Negro: Políticas de Liberdade na América* (1967). O racismo institucional manifesta-se em atos coletivos e rotineiros que subordinam comunidades inteiras, como a população negra nos Estados Unidos (HAMILTON; TURE, 1967; ALMEIDA, 2019, pp. 29-30). Ao contrário do racismo individual, que é visível e amplamente condenado, o racismo institucional é sutil, sistêmico e socialmente legitimado. Ele se expressa, por exemplo, no acesso desigual à moradia, educação e saúde (ALMEIDA, 2019, pp. 29-30).

Ao absorver conflitos sociais, as instituições tendem a naturalizar a dominação de grupos raciais no poder, transformando interesses de classe e raça em "normalidade" (ALMEIDA, 2019, pp. 29-30). A predominância de homens brancos nos órgãos decisórios do Estado e das empresas não é acidental, mas resultado de um processo hegemônico que combina coerção e consenso (ALMEIDA, 2019, pp. 29-30). Daí a importância das políticas de ação afirmativa, que visam reformar as instituições, corrigindo desigualdades históricas e alterando seus mecanismos discriminatórios (ALMEIDA, 2019, p. 30). Contudo, a inclusão simbólica de minorias, sem transformar as regras e a lógica de funcionamento, mantém a estrutura de poder inalterada (ALMEIDA, 2019, p. 30).

O racismo institucional, por sua vez, herda a mesma falha abstrata do conceito de racismo estrutural, pois localiza o problema nas "instituições", como se estas fossem entidades autônomas, dotadas de consciência moral própria, independentes dos grupos sociais. O problema desse tipo de análise reside em seu foco numa estrutura burocrática e impessoal, na qual o sistema é responsabilizado por absolver o indivíduo.

## 7 TEORIA CRÍTICA DA RAÇA

No pensamento marxista, as instituições sociais, especialmente o Estado, existem para o bom funcionamento do capitalismo; a economia, entendida como infraestrutura, determina a parte superestrutural do sistema. Superar o modo de produção capitalista, no marxismo clássico, exige uma ruptura com o modo de produção baseado em relações materialistas ou capitalistas, se o objetivo for desencadear mudanças sociais significativas. O conceito de racismo estrutural é explicado em Almeida (2019) com base no raciocínio de Marx e Engels sobre suas noções de infraestrutura e superestrutura.

Adotado analogamente ao pensamento marxista, o racismo estrutural de Almeida (2019) também explica as relações sociais em termos de relações derivadas de uma causa fundamental ou elementar, que causaria, por inércia, movimentos constantes em seu próprio eixo. A diferença reside no fato de que o fator central independente, para Marx e Engels, refere-se às relações sociais, determinadas pela divisão e posição social no sistema capitalista. Segundo Almeida (2019), o fator essencial ou fundamental é a raça/cor, que determina todas as outras relações sociais.

Teóricos críticos argumentam que as instituições sociais reforçam as desigualdades étnico-raciais, mesmo quando tentam demonstrar alguma neutralidade (CRENSHAW, 1991; DELGADO; STEFANCIC, 2000; BROCKDORF, 2025). Segundo Fernandes, “é necessário saber de forma clara, honesta e convincente o que eliminou, e continuará a eliminar, a equidade nas relações entre brancos, negros e mestiços” (FERNANDES, 1972, p. 40). O que se reproduz, na verdade, são barreiras sutis à sociabilidade que limitam a interação entre brancos e negros, inclusive em espaços de intimidade. Ao descrever que “é ainda pior se a pessoa for de cor, porque não só é considerado falta de educação, como também ‘ousado’”, Azevedo (1975, pp. 73-74) expõe como a racialização se estabelece subtilmente através de expectativas sociais tácitas que penalizam a expressão e a visibilidade de indivíduos com fenótipos marcados (AZEVEDO, 1975, pp. 73-74). Ele continua: “porque, neste caso, o preconceito atua com maior força” (AZEVEDO, 1975, p. 52).

Entre os pensadores renomados, Du Bois foi o primeiro sociólogo a afirmar que o principal problema do século XX seria o da linha divisória racial (DU BOIS, 1903 [1994], p. 13). A cor da pele como linha divisória resulta de um princípio fragmentador que existe e organiza as relações sociais em escala global, baseado na crença de que as diferenças

raciais existem e são importantes. A linha divisória racial é uma forma estrutural de segregação de grupos sociais, que visa distribuir recursos e oportunidades de forma desigual. Segundo a tese de Du Bois, não se trata exclusivamente de uma questão de escolha individual, considerando a forma ou maneira como as sociedades se organizam com base no princípio da inclusão e exclusão social.

Outro conceito central de Du Bois, o da dupla consciência, ajuda a compreender os efeitos subjetivos e relacionais dessa clivagem social. Para o autor, a condição de ser negro no mundo é marcada pela experiência de "olhar para si mesmo através dos olhos do outro", vivenciando uma cisão permanente entre a própria identidade e a imagem desvalorizada imposta pelo olhar racializado (DU BOIS, 1903 [1994], p. 45). Nesse ponto em particular, surge a relação entre a dupla consciência e os padrões raciais de amizade. Será que a maneira como as pessoas se compreendem e compreendem os outros está relacionada à ideia de dupla consciência de Du Bois?

Em contraste, Du Bois ([1903] 1999, p. 45) analisou uma realidade multirracial, narrando como as mudanças sociais que ocorrem em diferentes épocas e espaços se relacionam com as relações de amizade. Du Bois defendeu uma análise estratificada capaz de abranger as sociabilidades intra e inter-raciais nos Estados Unidos. A lógica das amizades deslocou-se da esfera pública para a privada, embora as escolhas não tenham perdido seu caráter estrutural e social. Apesar de ser possível falar em escolha, esta continua a ocorrer dentro de limites socialmente estabelecidos com base em fatores como idade, gênero, raça, classe social, entre outros.

No Brasil, onde o mito da "democracia racial" mascarou hierarquias entre brancos, mestiços e negros por décadas, a teoria crítica da raça ajuda a compreender como essas desigualdades também se manifestam nas redes de amizade e sociabilidade. Pesquisas mostram que, em escolas e universidades, estudantes negros são frequentemente incluídos em grupos sociais de forma periférica, ocupando posições de "tolerados" ou "representantes da diversidade", mas não de verdadeira igualdade. Em festas, rodas de conversa ou grupos de estudo, a branquitude ainda opera como um critério implícito de pertencimento.

A Teoria Crítica da Raça, criada por autores como Derrick Bell (1992), Kimberlé Crenshaw (1991), Richard Delgado, Jean Stefancic (2001) e Mari Matsuda (1993), considera o racismo como algo estrutural, comum e sempre presente nas instituições modernas. Para a TCR, o racismo não é uma exceção, mas sim uma lógica que organiza

as relações sociais e jurídicas, mantida por práticas e normas institucionais que aparentam ser neutras. O foco na persistência do racismo e na interseccionalidade é fundamental para compreender como raça e poder se conectam na sociedade.

A ideia de racismo relacional, criada por Chaves-Moreno, dialoga com essa tradição, mas concentra-se na produção do racismo nas interações cotidianas. Enquanto o racismo relacional demonstra como as instituições mantêm a desigualdade racial, o racismo relacional destaca as pequenas dinâmicas diárias, como percepções físicas, sentimentos, escolhas, exclusões e julgamentos morais, que sustentam a estrutura racial nas relações interpessoais. Assim, o racismo é visto não como algo externo, mas como um processo dinâmico e localizado, formado por ações, estruturas, expectativas e modos de interpretação.

Essa ideia se assemelha bastante ao método comparativo e relacional de David Theo Goldberg, esse autor argumenta que o racismo deve ser analisado conforme se manifesta em diferentes contextos históricos e institucionais. Goldberg já argumentava que o racismo não é uma essência, mas sim uma configuração histórica e relacional. Em “O Estado Racial” (2002), ele mostrou como o Estado moderno administra as classificações raciais. Já em “A Ameaça da Raça” (2009) mostrou que o poder racial opera simultaneamente nas esferas jurídica, simbólica, afetiva e infraestrutural. Esses argumentos são consistentes com a ideia de que o racismo relacional é o espaço onde essas articulações se concretizam nas interações.

A proposta de Chaves-Moreno também se relaciona com as ideias de Frantz Fanon (2008), reconhecendo que o corpo racializado está sempre sendo interpretado. Dialoga ainda com Aníbal Quijano (2005), que vê a raça como o eixo central da colonialidade do poder, e com Omi e Winant (2015), que entendem o racismo como um processo de formação racial criado pela relação entre estrutura e mobilização social. Além disso, a proposta alinha-se com a sociologia brasileira de Hasenbalg (1979), mostrando que a raça se combina com classe, origem social e posição ocupacional para criar fronteiras duradouras.

Nesse contexto, o conceito de raciabilidade serve como um instrumento teórico que conecta estrutura, instituição e relação. Enquanto o racismo relacional explica por que o racismo é permanente e institucionalizado, e Goldberg mostra como ele se desenvolve historicamente, o racismo relacional indica para onde a estrutura se move: na forma como a raça é lida e socialmente atualizada nas interações. A raciabilidade une

esses níveis ao mostrar como o corpo racializado é interpretado, negociado e posicionado de acordo com as expectativas raciais presentes nas macroestruturas, práticas institucionais e dinâmicas relacionais.

## 8 RACISMO ESTRUTURAL

As desigualdades sociais baseadas em raça e classe estruturam as chances de indivíduos se encontrarem em diferentes espaços sociais, embora, mesmo nesses encontros, barreiras simbólicas e sociais continuem a influenciar as escolhas individuais em relação às amizades. A Teoria do Racismo Estrutural (Feagin, 2006) situa as desigualdades dentro dos sistemas institucionais e culturais que organizam o acesso a espaços e oportunidades (Brockdorf, 2025). Essa teoria compreende o problema como uma questão econômica, histórica e política capaz de definir as relações sociais na modernidade. Superar o racismo vai além de punir indivíduos e reformar instituições, considerando a necessidade de uma transformação profunda nas relações sociais, econômicas e simbólicas que sustentam a dominação baseada no fenótipo (Almeida, 2019). O racismo estrutural se expressa em formas da vida cotidiana: bairros segregados, escolas particulares predominantemente brancas, clubes sociais que ainda funcionam por "indicação" e ambientes de lazer que refletem desigualdades históricas. Essas barreiras materiais e simbólicas limitam as possibilidades de amizade inter-racial.

Em algumas metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, a cor da pele continua a influenciar as relações sociais por meio de uma segregação silenciosa, mesmo que essas cidades tenham uma maioria de população que se autodeclara negra. A sociabilidade é determinada pela cor; os padrões de amizade e união conjugal apenas denotam que o espaço social é estratificado, especialmente com base na cor da pele. O espaço comum dividido entre negros e brancos é repleto de barreiras simbólicas, com significados públicos capazes de influenciar as estruturas sociais. O racismo estrutural observado no Brasil é um importante indicador de que o problema vai além de uma questão institucional (Almeida, 2019).

O racismo é o mecanismo ou engrenagem simbólica e invisível que organiza as relações econômicas e sociais. Segundo Almeida (2019), a noção de racismo estrutural amplia o debate ao demonstrar que o racismo não é resultado do acaso ou da aleatoriedade, não é acidental – é a base mais elementar da sociedade. As instituições

refletem algo que existe na própria sociedade; elas não inventam o racismo, apenas o aplicam com base na morfologia das sociedades, orientadas para a discriminação com viés étnico-racial. O racismo organiza todas as demais relações econômicas e sociais: é a infraestrutura da sociedade brasileira. O racismo não resulta da vontade consciente e reflexiva dos indivíduos, nem de uma regra isolada; ele deriva das relações históricas que sustentam essa mesma sociedade.

Nessa teoria, o racismo está enraizado no empreendimento colonial e na origem do capitalismo, permeando todas as dimensões sociais (Almeida, 2019). Almeida (2019) afirma que não basta que pessoas negras ocupem posições de poder se a infraestrutura que impulsiona o Estado e a economia não mudar na mesma direção. Citando Giddens (2013), Almeida (2019) nos lembra que a estrutura é simultaneamente capacitadora e restritiva da ação social; assim, as ações dos indivíduos podem replicar ou modificar as estruturas das sociedades. Almeida (2019) continua: reconhecer o racismo como um problema estrutural não exime o indivíduo de sua responsabilidade; pelo contrário, exige atitudes e ações antirracistas. A atitude de permanecer em silêncio diante de uma situação racista, mesmo que não seja legalmente culpável, é uma forma de cumplicidade ética e política (Almeida, 2019). A exploração de imagens que colocam pessoas negras em papéis de subserviência, crime ou servidão contribui para a naturalização do racismo e da divisão social baseada na cor da pele.

O racismo é consequência da própria estrutura social, ou seja, da forma “normal” como se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até mesmo familiares, e não é uma patologia social nem uma desordem institucional. O racismo é estrutural.<sup>39</sup> Os comportamentos individuais e os processos institucionais derivam de uma sociedade em que o racismo é a regra e não a exceção. O racismo faz parte de um processo social que ocorre “às escondidas dos indivíduos e lhes parece herdado da tradição”. Nesse caso, além de medidas que combatam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre profundas mudanças nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2019: p. 33).

## 9 TEORIA DA ROTULAGEM

Outra teoria, a Teoria da Rotulação, proposta por Becker (1963), compreende o racismo como um problema associado à estigmatização de alguns grupos por outros

grupos sociais. Pessoas negras são estigmatizadas por pessoas brancas com base em uma taxonomia simbólica, atribuída negativamente a elas (BROCKDORF, 2025). Rótulos raciais permeiam a sociabilidade cotidiana e influenciam as relações sociais em diferentes ambientes. Como um processo contínuo, seja em relações sociais que não envolvem diretamente relações capitalistas, como em ambientes acadêmicos e escolares, seja em relações capitalistas e profissionais em geral, o problema ocorre de forma generalizada.

A pele escura é constantemente entendida nas interações cotidianas como um "demérito"; isso influencia a forma como os indivíduos formam suas amizades e redes de apoio. Rótulos simbólicos podem assumir diferentes formas, sendo colocados em prática disfarçados de piadas ou diretamente, como na brutalidade policial. O mais significativo é entender que tais rótulos existem como um mecanismo que visa excluir com base em características fenotípicas. A Teoria da Rotulação revela como o fenótipo determina a sociabilidade.

## **10 TEORIA DO VIÉS IMPLÍCITO**

A Teoria do Viés Implícito (Greenwald e Krieger, 2006) explica como associações inconscientes vinculam grupos raciais a características específicas, influenciando o comportamento mesmo na ausência de preconceito declarado (BROCKDORF, 2025). No Brasil, o viés implícito se manifesta sutilmente em situações cotidianas: na escolha de com quem sentar na escola, na seleção de convidados para uma festa ou na reação automática de "desconforto" diante da presença de jovens negros em grupos predominantemente brancos. Estudos conduzidos pelo DataFolha mostram que 84% dos brasileiros afirmam não ter preconceito, mas qual o contorno das relações sociais, especialmente de amizade, mesmo quando barreiras estruturais ou econômicas são superadas? A teoria, aplicada ao contexto brasileiro, revela que a exclusão racial não é apenas uma questão institucional, mas também afetiva, física e estética.

## **11 TEORIA DAS FRONTEIRAS ETNORACIAIS**

O debate sobre assimilação expande este quadro com Alba (1990) e Alba e Nee (2003), que argumentam que a assimilação não é simplesmente a absorção de imigrantes pelo grupo majoritário, mas um processo de reformulação do próprio grupo convencional,

que também se transforma (ALBA; NEE, 2003; ALBA; JIMÉNEZ; MARROW, 2014). Seguindo uma perspectiva próxima à de Du Bois, Wimmer (2013), com a teoria das fronteiras étnicas, buscou compreender como diferentes instituições delimitam, a partir das próprias instituições, como ocorrem a integração e a desintegração social.

As fronteiras étnicas existem como linhas simbólicas que influenciam a desintegração. Ao discutir fronteiras étnicas, Wimmer (2013) nos lembra que elas não são muros ou cercas concretas, pois funcionam como limites de significado; ou seja, não são estruturas rígidas, mas estruturas mutáveis que se abrem e se fecham em diferentes contextos sociais, em relação à linha etno-racial (SMITH; MAAS; VAN TUBERGEN, 2014; LESZCZENSKY; PINK, 2017).

As fronteiras raciais continuam a marcar as redes sociais no século XXI. Não há evidências de que as relações interétnicas tenham se tornado harmoniosas ao longo do tempo; assim, acreditamos que a pesquisa do Instituto DataFolha sobre amizades interracialis revela mais sobre os princípios éticos atuais, mediados por leis antirracistas e contra insultos raciais, do que sobre uma mudança comportamental efetiva. Trata-se de um caso em que os indivíduos podem responder de uma determinada maneira, mas se comportar de forma diferente na prática. Isso pode evidenciar a discrepância entre a opinião de uma pessoa sobre um tema específico e seu comportamento real.

Na Europa, Kalmijn (1998) e Baerveldt et al. (2007) demonstraram o efeito das fronteiras educacionais e étnicas, quase sempre mediadas pelos sistemas escolares e pelas políticas migratórias. Na África do Sul, Tredoux e Finchilescu (2010) deixam claro que o legado do apartheid não é coisa do passado, visto que, mesmo em contextos formalmente diversos, algumas barreiras raciais persistem. Em um nível estrutural, a composição e a segregação dos espaços de convivência definem quem encontra quem e sob quais condições. Em um nível simbólico, estão em jogo as percepções de pertencimento, os graus de confiança e as marcas do preconceito (LIN, 2001; FEAGIN; ELIAS, 2013). O encontro entre homofilia, identidade e fronteiras quase sempre leva à separação.

## 12 A TESE DO RACISMO RELACIONAL

Como argumentam alguns teóricos do racismo relacional, os grupos racializados percebem e vivenciam o racismo de forma diferente (Goldberg, 2009; Cháves-Moreno,

2024). Nesta tese, o racismo se estrutura nas interações sociais. O conceito de racismo relacional rompe com a visão determinista existente nas teorias estruturais, enfatizando que a estrutura social, baseada em raça/cor, não é uma entidade externa aos sujeitos das ações, mas um conjunto de expectativas e disposições que são realizadas ou modificadas na prática relacional. Quando um indivíduo escolhe, evita, se aproxima ou se distancia de alguém com base na cor da pele, consciente ou inconscientemente, ele se engaja no que Giddens chama de monitoramento reflexivo da ação; uma forma permanente de auto-observação e observação do outro, na qual cada gesto social reitera ou desafia as fronteiras estruturais. O racismo relacional organiza a convivência e delimita os afetos; ele precede o racismo estrutural porque é dele que as estruturas se alimentam; as estruturas nada mais são do que relações sociais. Os dados sobre amizades ilustram esse cenário em que a raça ainda influencia a sociabilidade, mesmo quando a classe social começa a fazer algum sentido social. A fronteira racial permanece viva nas relações mais íntimas, sustentando silenciosamente as hierarquias sociais. O conceito de racismo relacional é definido como a expressão das relações raciais dentro de um dado contínuo dinâmico entre agência e estrutura; ou seja, aborda as condições sociais historicamente estabelecidas e as ações reflexivas dos indivíduos que as reproduzem ou transformam do ponto de vista das relações étnico-raciais.

O racismo estrutural, por sua vez, tende a descrever o fenômeno em termos de permanência sistêmica e impessoal, desprovida de ações racistas por parte dos agentes. Enfatiza as instituições, os sistemas de poder e os legados históricos que produzem a desigualdade racial, mas corre o risco de ignorar a reflexividade dos agentes, tanto daqueles que a reproduzem quanto daqueles que a confrontam. Nesse modelo, o indivíduo aparece como um efeito da estrutura, e não como parte ativa de sua reprodução. Vale ressaltar que a omissão também é um meio lógico de agir; por meio dela, é possível fechar os olhos quando, na realidade, se deveria ter a liberdade de ver. O racismo relacional, nesse sentido, introduz uma correção necessária ao recolocar o sujeito reflexivo no centro da análise, sem abandonar a dimensão estrutural.

Isso nos permite enxergar o racismo não como um bloco fixo, mas como uma teia de práticas, percepções e interações que, a qualquer momento, podem ser reafirmadas ou desestabilizadas. Assim como um ladrão é compelido a redefinir seu gesto ao se deparar com uma lâmpada acesa, um agente social, diante de uma mudança na lei, decide, consciente ou inconscientemente, entre reproduzir ou transformar o padrão estrutural

socialmente aprendido. O racismo relacional é o elo vivo entre estrutura e ação, revelando como o racismo é sustentado e, ao mesmo tempo, contestado nas microdinâmicas da vida cotidiana – nos olhares, vozes, escolhas e silêncios que, juntos, produzem a estrutura racial da sociedade.

A noção de racismo estrutural, e sua variante, o racismo institucional, embora tenha desempenhado um importante papel histórico na denúncia das desigualdades raciais produzidas sistemicamente, apresenta uma significativa limitação conceitual devido à abstração do sujeito da relação, convertendo o racismo em um mecanismo impessoal, quase metafísico, que se organiza autonomamente. Ao descrever o racismo como "estrutural", o discurso teórico, sem intenção antecipada ou premeditada de ação, naturaliza a reprodução da dominação, esvaziando a dimensão reflexiva e prática das relações sociais que efetivamente a sustentam. O problema é que, quando tudo é estrutural, ninguém é responsável – o racismo se torna uma força difusa, sem autor, sem gesto, sem corpo. Dizer que o racismo organiza a sociedade brasileira nos remete a Émile Durkheim e sua tradição de pesquisas e teses funcionalistas, perigosas por suas características de imutabilidade ou reprodução histórico-estatística das relações sociais no Brasil.

O conceito de racismo relacional elimina a passividade do agente ao demonstrar que o racismo é tanto um ato quanto uma relação, e não meramente um efeito de fatores sociais estruturalmente determinados. Ele emerge da interação, e é nesse espaço que poder e resistência se confrontam. Tanto o racismo estrutural quanto o institucional, ao compreenderem a experiência racial cotidiana a partir de macroestruturas que ninguém parece habitar, removem qualquer significado ou importância da agência individual. O racismo relacional reinsere a dimensão sintética na análise do problema/questão ao mostrar que o racismo é constituído por gestos, intenções, reconhecimentos e recusas situados e que, portanto, pode ser desfeito pela reflexividade e pela ação social. Se o racismo estrutural é um campo de forças que molda o comportamento dos indivíduos, o racismo relacional é um momento vivo, contínuo e variável de ação social; ele revela que a estrutura não existe externamente ao indivíduo, embora possa precedê-lo. As fronteiras raciais permanecem vivas, mesmo nos relacionamentos mais íntimos, sustentando silenciosamente as hierarquias sociais, mas estas não existem como totalidades ou determinismos: existem em termos percentuais de razão de chances ou probabilidade de ocorrência.

A flexibilidade racial pode ocorrer entre indivíduos de múltiplas ascendências étnicas; pessoas pardas de pele clara podem se tornar "brancas" em interações sociais com pessoas negras, especialmente em contextos onde existem diferenças socioeconômicas entre pessoas pardas e negras. Como pessoa parda, posso dizer, com base na minha experiência pessoal, que em algumas situações relacionais posso parecer "branca", assim como em outras interações sociais, especialmente com pessoas brancas, posso ser percebida como negra. A flexibilidade racial é essa flexibilidade, assim como a aprendizagem de hábitos culturais europeus. Como pessoa parda com ascendência multiétnica, é possível adaptar minha identidade racial em diferentes contextos no Brasil.

A capacidade de "jogar" ou "manipular" a estrutura social dos agentes sociais está contida no conceito de raciabilidade, que, na teoria relacional do racismo, significa a capacidade de uma pessoa de mudar ou negociar a forma como é percebida racialmente em determinados contextos sociais. Isso envolve tanto modificar a própria percepção racial quanto a forma como os outros a percebem. Essa capacidade não é igual para todos. Ela depende de fatores sociais, históricos e simbólicos que permitem que algumas pessoas ajam de acordo com sua "legibilidade racial", ou seja, como seus traços físicos, estéticos e comportamentais são vistos segundo os códigos raciais dominantes. Na prática, a raciabilidade se manifesta, por exemplo, quando alguém adota procedimentos estéticos, como mudanças no corpo, cabelo ou vestuário, e aprende comportamentos ligados à branquitude ou à norma eurocêntrica, buscando, consciente ou inconscientemente, alcançar uma posição racial mais valorizada. A raciabilidade demonstra o caráter relacional e performativo do racismo, indicando que a raça não é algo fixo, mas sim um marcador social que pode mudar de acordo com a dinâmica da dominação e do privilégio racial.

A principal diferença entre a abordagem do racismo relacional e a abordagem do racismo estrutural reside na recusa em considerar uma única variável como determinante de todos os demais sistemas ou subsistemas sociais. Em vez disso, argumentamos que os sistemas não são unilaterais em suas organizações ou ordenações elementares; são multilaterais, nos quais múltiplas causas concorrentes interagem, moldando lógicas, fenômenos e fatos sociais.

A noção de racismo estrutural não demonstra que entre pessoas negras (pardas e negras), há variação na forma como esse vasto grupo racial compreende a questão (cf. Freitas, 2023; Araújo-Freitas, 2025). Existem também distinções de gênero, considerando

que homens e mulheres negros não compreendem o racismo da mesma maneira (cf. Freitas, 2023). Sem mencionar que a idade é outro fator importante a ser considerado: por exemplo, um indivíduo negro, magro e jovem sofre discriminação policial da mesma forma que uma mulher parda, obesa e idosa? Ambos são negros no Brasil, mas a forma como o racismo se manifesta para cada um é diferente (Freitas, 2023).

Seguimos as mesmas prescrições políticas da maioria dos teóricos do racismo estrutural, como Almeida (2019), por exemplo; no entanto, acreditamos que a teoria do racismo estrutural fecha, do ponto de vista analítico, uma série de portas explicativas, ao assumir uma postura universalista e determinista, como se todos os indivíduos negros percebessem e/ou fossem vítimas do racismo da mesma maneira. Essa é uma generalização perigosa porque não reconhece as nuances dentro de um vasto grupo social, que é colocado em uma única "caixa explicativa", como se não fosse internamente diverso e multifacetado.

### 13 RACISMO CONFIGURACIONAL

A Teoria da Estruturação de Anthony Giddens oferece uma boa compreensão do que entendemos por racismo configuracional, no sentido de que não se trata de uma propriedade estática da sociedade (como algo "presente nas estruturas"), nem de uma simples soma de atos individuais de preconceito racial. É o produto e, ao mesmo tempo, o meio pelo qual as estruturas raciais são continuamente reproduzidas e reinterpretadas nas práticas cotidianas. O conceito reintroduz o indivíduo na ação social – omitido no conceito de racismo estrutural – bem como considera as estruturas sociais – negligenciadas na tese do racismo configuracional. A raciabilidade é a capacidade que alguns indivíduos possuem de modificar suas identidades raciais de acordo com diferentes contextos sociais; é também a maneira como os agentes se percebem e são percebidos racialmente, significando ainda a capacidade de alguns sujeitos de alterar a forma como são interpretados em diversos contextos sociais.

Giddens, ao formular a Teoria da Estruturação, critica a separação clássica entre estrutura e ação. Portanto, ele propõe o conceito de dualidade estrutural, afirmando que as estruturas sociais são simultaneamente o meio e o resultado das práticas sociais. É nesse sentido que podemos entender o racismo configuracional: como um processo interativo no qual o racismo se realiza e se redefine por meio de interações sociais, não a

partir de um mecanismo autônomo e impessoal (estrutura social material e simbólica), mas por meio de uma práxis social contextualizada e situada, dotada de intencionalidade, poder e reflexividade. Com o conceito de racismo configuracional, o sujeito da ação racista é reinserido no processo e, dessa forma, a exclusividade causal da estrutura social cede lugar a uma dualidade estrutural.

O exemplo dado por Giddens, no caso da relação incomum entre o ladrão e o morador, ilustra a articulação entre agência e estrutura. Analogamente, o racismo configuracional pode ser compreendido nesse ponto de inflexão: o momento em que o olhar, o gesto, a palavra – ou a ausência deles – reconfigura a relação social. Não se trata apenas de “estar na estrutura” (como afirma o conceito de racismo estrutural), mas da reprodução situada dessa estrutura por meio de interações que confirmam, desafiam ou modificam hierarquias raciais. Por exemplo, quando uma pessoa negra é constantemente interrompida em uma reunião ou tem seu comportamento corrigido em situações em que pessoas brancas não seriam.

Interrupções constantes, dificuldade em se permitir falar, falta de escuta aos conselhos e análises de colegas negros, ou mesmo o tratamento excessivamente familiar dispensado a uma mulher negra em um ambiente formal, não são atos isolados; são práticas relacionais que reatualizam ou reproduzem padrões estruturais e, ao mesmo tempo, abrem espaço para resistência reflexiva, questionamento, confronto e reposicionamento político e identitário, embora essas atitudes raramente sejam aceitas sem conflito. Aqui, vale ressaltar que não nos referimos apenas a corpos racializados, mas também a corpos não racializados que podem eventualmente assumir a posição social reservada pela colonialidade aos corpos marcados.

Na perspectiva da Teoria da Estruturação de Giddens (2013), a estrutura não existe fora da ação individual, nem é independente dela: ela é simultaneamente o meio e o resultado das práticas sociais. O racismo não é uma estrutura que paira sobre as sociedades como uma força coletiva independente do indivíduo. Mesmo que o significado do racismo exista pública e coletivamente, é o indivíduo que, sob certas circunstâncias, o coloca em prática. O conceito de racismo configuracional oferece uma ruptura epistemológica com o conceito de racismo estrutural, ao mesmo tempo que restitui ao sujeito sua capacidade reflexiva de agir dentro de condições estruturais, e até mesmo de modificar o curso de suas ações e as direções e significados socialmente compartilhados.

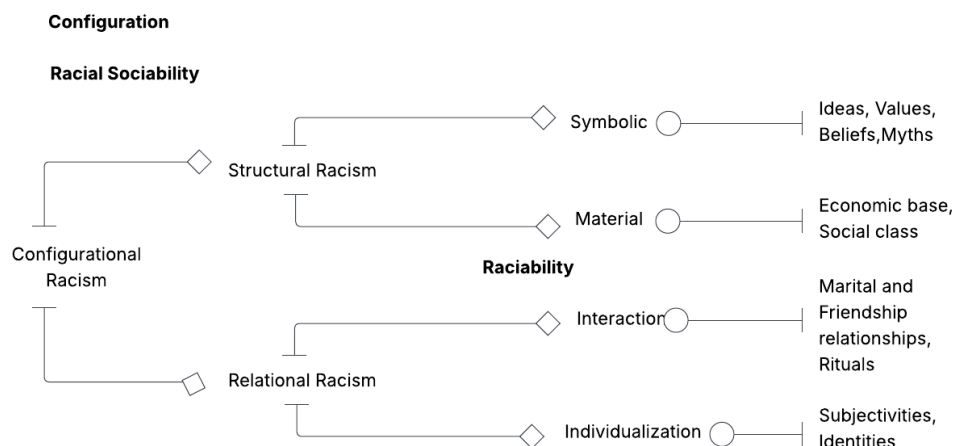
O racismo configuracional não nega a existência de hierarquias raciais

sedimentadas no espaço e no tempo; em vez disso, compreende que tais hierarquias persistem porque são reiteradas por comportamentos cotidianos voltados para o fechamento social. Portanto, estruturas e hierarquias sociais, como o princípio da divisão racial, podem ser contestadas, rejeitadas ou reinventadas dentro do mesmo espaço social configuracional em que são reproduzidas, seja por meio da desaprovação, da denúncia de comportamentos racistas ou de práticas antirracistas. Analisar o problema sob essa perspectiva revela que o racismo não é a base das sociedades, mas uma escolha feita por alguns grupos sociais.

A noção em questão de racismo configuracional compreende o racismo como resultado da interação entre estruturas históricas e ações cotidianas. Essa abordagem não aceita explicações exclusivamente estruturais ou exclusivamente individuais, demonstrando que o racismo surge de combinações sociais entre instituições, hábitos e interações diárias. As estruturas influenciam o que as pessoas esperam e podem fazer, enquanto as ações mantêm, reforçam ou desafiam essas hierarquias. Portanto, o racismo não é algo fixo, mas um padrão em constante transformação.

Mas essa flexibilidade racial se limita a “refugiados de cor” e depende do contexto. “Para meus colegas brancos, sou negro, embora tenha o apelido de ‘branco’ entre meus familiares. Em um restaurante na Zona Sul do Rio de Janeiro, sou negro, mas em Madureira (um bairro da cidade do Rio de Janeiro) sou branco. Lembro-me do meu pai dizendo que o bairro onde morou a maior parte da infância e juventude era um bairro cuja população se concentrava em trabalhadores braçais urbanos, em sua maioria negros. Embora fôssemos ‘brancos’ em um bairro predominantemente operário e negro, há confirmação de ascendência indígena em nossa família, o que explica por que nunca fomos tratados como brancos por pessoas com um fenótipo ‘menos marcado’, por assim dizer. O conceito de racialidade surgiu para mim por meio da minha experiência como mestiço ou pardo, em um país onde as fronteiras raciais são um tanto mais fluidas do que em outros lugares, o que não significa que o racismo seja orquestrado e esteja presente entre indivíduos que se classificam por raça, simplesmente por serem ou se considerarem brancos.”

Esquema 1. Tese do Racismo Configuracional - Síntese entre estrutura e ação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Mesmo mais de 100 anos após a publicação da Teoria da Relatividade de Einstein, talvez uma das primeiras a romper com o funcionalismo clássico, ainda existem teorias que funcionam de maneira platônica, no sentido de buscar essências, como feito por Émile Durkheim. A premissa central aqui é que os indivíduos, impulsionados por influências estruturais, agem; as sociedades e as classes sociais não agem, como entendido por Jon Elster em seu marxismo analítico. Esta é uma crítica analítico-explicativa; de um ponto de vista político, pensamos da mesma forma: o racismo deve ser erradicado. Substancialmente, compartilhamos a mesma visão de combate irrestrito ao comportamento racista e à institucionalização de modos racistas de ser, pensar e agir. A divergência é científico-explicativa, analítica. Entendemos que a abordagem ao racismo estrutural, mesmo que politicamente íntegra, é funcionalista em seus aspectos elementares e, em certa medida, evolucionista, porque segue a teoria crítica marxista estrutural-coletivista. Marx não vê espaço para indivíduos, e esse é o seu maior problema, como Jon Elster destaca em seu Marxismo analítico.

O estudo das desigualdades raciais hoje exige uma análise que integre forças estruturais, a dinâmica das interações e as hierarquias históricas. Três conceitos principais: racismo estrutural, relacional e configuracional ajudam a explicar diferentes aspectos desse fenômeno, cada um com seu próprio foco teórico. O racismo estrutural refere-se às formas históricas, organizacionais e sistêmicas pelas quais as desigualdades raciais são criadas e mantidas ao longo do tempo. Ele está presente em leis, empresas, mercados, políticas públicas, cidades e costumes culturais, operando mesmo sem a intenção das pessoas. A questão principal é como essas desigualdades continuam a existir

e se repetem ao longo da história, independentemente das ações individuais.

O racismo relacional, por outro lado, mostra como as diferenças raciais são mantidas, reforçadas ou questionadas nas relações cotidianas. Ele se manifesta em situações comuns, como olhares fixos, interrupções, evitar alguém, julgamentos e maneiras de tratar as pessoas, demonstrando como o significado de raça é constantemente construído nas ações das pessoas. Sem ignorar a importância das estruturas, esse tipo de racismo destaca o papel dos indivíduos e seus gestos, que podem ou não reproduzir divisões raciais.

O racismo configuracional reúne essas duas perspectivas ao compreender o racismo como uma configuração dinâmica, resultante da relação entre condições estruturais e práticas sociais. Em vez de separar estrutura e ação, essa abordagem, que segue a teoria da estruturação de Giddens, destaca a dualidade entre elas: as estruturas influenciam expectativas e oportunidades, mas também são mantidas ou alteradas pelas interações cotidianas. Assim, o racismo não é uma entidade fixa, mas um padrão variável de relações, significados e arranjos institucionais que se modificam ao longo do tempo e em diferentes contextos.

Dessa perspectiva, a desigualdade racial não pode ser explicada por uma única causa, mas por uma combinação de diversos fatores materiais, simbólicos, institucionais e interacionais que, juntos, criam tendências e padrões nos resultados sociais. O racismo configuracional, portanto, oferece um modelo flexível, porém robusto, para compreender como as hierarquias raciais persistem, se transformam ou são desafiadas nas sociedades contemporâneas.

Em resumo, os resultados indicam que a homofilia racial nas amizades é predominante, mas não absoluta, permanecendo relativamente estável independentemente da classe social a que o indivíduo pertence. Esse padrão revela que as relações raciais são probabilísticas e não determinadas, evidenciando a constante interação entre estruturas sociais e ação individual, conforme proposto pela teoria da estruturação de Giddens. Ao mesmo tempo, o conceito de racismo configuracional demonstra que essas práticas cotidianas reproduzem hierarquias raciais, embora também permitam espaço para o monitoramento reflexivo da ação, possibilitando escolhas que podem desafiar ou reforçar padrões existentes. Essas descobertas reforçam a ideia de que a classe social não atua como fator decisivo na formação de amizades e que o racismo permanece um fator central de estratificação.

Por fim, os resultados indicam que as políticas públicas antirracistas devem ir além do foco institucional, atuando também na práxis e na capacidade de ação e monitoramento reflexivo, por parte dos indivíduos, de seus atos, ações, atitudes e omissões. A mudança proposta desloca o foco de um conceito que despersonaliza o racismo, atribuindo-o exclusivamente a instituições e estruturas sociais, para um que reconhece sua dimensão relacional, colocando a corresponsabilidade pela reprodução e disseminação de práticas racistas no indivíduo, sem eliminar a influência das instituições.

Seria interessante se este artigo, inovador do ponto de vista teórico e metodológico, pudesse contribuir para o desenvolvimento de pesquisas – especialmente pesquisas empíricas – voltadas para a coleta de informações relacionadas ao tema do racismo nas relações sociais. A concepção, o planejamento e a implementação de políticas públicas podem ser favorecidos por uma análise que reconheça o peso da estrutura social sem negar a capacidade de ação do indivíduo, que, em última instância, coloca em prática os ditames estruturais das sociedades contemporâneas. Embora o Supremo Tribunal Federal tenha equiparado insultos raciais ao crime de racismo, o pensamento social predominante no Brasil sobre o tema ainda é unilateral.

As teorias mais influentes que explicam e/ou interpretam a questão racial no Brasil hoje se baseiam no conceito de racismo estrutural e institucional. O problema é que, em nossa visão, essas noções não conseguem vislumbrar uma realidade diferente da que conhecemos, muito menos seriam capazes de reconhecer uma mudança social significativa, caso ela ocorresse. Na teoria estrutural, o racismo existe para cumprir uma função específica em um determinado sistema social (Merton e Lazarsfeld, 1954), como um fator independente (causal), ordenador e organizador de toda a sociedade (Almeida, 2019), ou mesmo para regular a distribuição social de oportunidades e recursos (Hasenbalg, 1979).

Embora essas análises não abranjam uma síntese que considere simultaneamente a capacidade dos indivíduos de monitorar reflexivamente suas ações sociais com base na estrutura social, a teoria do racismo relacional, fundamentada na evidência empírica de que o racismo, embora disseminado, não atua como uma infraestrutura, no sentido marxista do termo, que determine todo o funcionamento de uma dada sociedade, fomenta uma inovação teórica e uma nova forma de compreender a questão racial, que visa, sobretudo, a minar as teorias de orientações sub-socializadas e super-socializadas (cf. Granovetter, 1974). O estruturalismo, como uma concepção super-socializada, tende a

culpar os sistemas sociais, como as instituições, em vez dos indivíduos, da mesma forma que a ação social não pode ocorrer sem uma base ou estrutura social, uma concepção super-socializada.

A principal crítica ao conceito de racismo estrutural está relacionada à impessoalidade a que o conceito alude e à sua compreensão da questão racial como consequência direta do efeito da raça/cor (infraestrutura) sobre a economia, a política e a sociedade (superestrutura). As teorias estruturalistas do racismo enfrentam os mesmos problemas com os quais todas as formas de estruturalismo lidam na teoria social. Uma possível consequência não antecipada de afirmar que o Brasil é uma nação fundamentalmente racista é a retirada do poder de escolha e da agência do indivíduo diante de uma possível configuração envolvendo discriminação racial. Ainda mais grave é afirmar que existe uma “cultura do racismo” em determinado espaço social, pois esse tipo de visão coloca o indivíduo como uma marionete de um sistema perverso e responsabiliza não o agente, mas o contexto social. De modo semelhante, afirmar que o racismo é institucional também constitui uma forma de anonimizar indivíduos que podem agir, com base em crenças racistas e segregacionistas, com a intenção de causar algum tipo de dano mental e/ou físico a alguém. Do ponto de vista lógico-racional, as teorias do racismo estrutural não conseguem explicar como uma forma estrutural constituída no racismo não se desenvolve em uma totalidade de indivíduos racistas.

Outro ponto de controvérsia diz respeito à forma como ocorre a discriminação baseada na cor da pele. Em vez de argumentar que o racismo é resultado de uma cultura racista ou de condições estruturais que o determinam, sustentamos que existe uma forma estrutural racista e que essa morfologia também existe como sintaxe ou significado. Por existir simbolicamente como uma forma estrutural, seu uso ou manipulação constitui uma possibilidade plausível de ocorrência, que pode se tornar real por meio das ações dos indivíduos. São os indivíduos que colocam o racismo em prática, sem mencionar que as políticas públicas mudam de acordo com os governantes eleitos. Vale ressaltar que o fato de essa forma existir estruturalmente não implica que todos os indivíduos incorporem ideologias raciais da mesma maneira. Da mesma forma, a ideologia racial pode existir de modo incorporado (latente) em um indivíduo, mesmo que nunca se manifeste como uma ação racista.

Nesse sentido, defendemos uma teoria sintética que considera a sociedade a partir do indivíduo. Afirmar que o racismo é estrutural em determinada sociedade é, para nós,

uma tentativa de retirar do indivíduo a responsabilidade por suas ações e transferir a culpa para a sociedade e a cultura. Essa perspectiva não reconhece que governos podem utilizar o mesmo Estado e, ainda assim, agir de formas distintas. As mesmas instituições são ocupadas por diferentes grupos que compreendem a questão racial de maneiras diversas. As mesmas instituições podem ser dominadas por indivíduos que pensam ou pensaram de forma distinta sobre a questão racial, podendo normalizá-la ou combatê-la, a depender do partido político no poder. O conceito de racismo estrutural, embora denuncie a barbárie que ocorre no Brasil contra a população negra, é funcionalista, pois não vislumbra a possibilidade de outra realidade.

O maior problema desse tipo de conceito, em nossa visão, é tratar como lei científica um fenômeno que é constituído e mantido por grupos sociais específicos e socialmente fechados. Acreditamos que nem todas as partes do que se entende por estrutura social foram desenvolvidas ou construídas para o fechamento social. Por exemplo, leis que proíbem práticas racistas são contraexemplos da existência de uma estrutura social estritamente racista em determinado território, assim como ações antirracistas constituem outro contraexemplo, demonstrando que a estrutura racial não é universal, mas dependente da configuração contextual na qual os indivíduos a interpretam de maneiras distintas em diferentes situações. Assim, não faz sentido afirmar que um sujeito é essencialmente racista, nem que outro não o seja. Consideramos mais apropriado afirmar que algumas ações são racistas e outras não. Esse tipo de interpretação inibe compreensões totalizantes ou universalistas do problema.

## REFERÊNCIAS

ALBA, Richard; JIMÉNEZ, Tomás R.; MARROW, Helen B. Mexican Americans as a paradigm for contemporary intra-group heterogeneity. **Ethnic and Racial Studies**, v. 37, n. 3, p. 446-466, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2013.786111>.

ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American mainstream: assimilation and contemporary immigration**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

ALLAN, Graham. Friendship, sociology and social structure. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 15, n. 5, p. 685-702, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1177/0265407598155007>.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARAUJO FREITAS, Alan. Estrutura social y endogamia en el Brasil contemporáneo. **Espacio Abierto**, v. 34, n. 1, p. 83-101, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14510449>.

ASHMORE, Richard D.; DEAUX, Kay; McLAUGHLIN-VOLPE, Tracy. An organizing framework for collective identity: articulation and significance of multidimensionality. **Psychological Bulletin**, v. 130, n. 1, p. 80-114, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.130.1.80>.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor: um estudo de ascensão social**. Salvador: EDUFBA, 1996.

AZEVEDO, Thales. **Democracia racial: ideologia e realidade**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BAERVELDT, Chris et al. Ethnic boundaries and personal choice: assessing the influence of individual inclinations to choose intra-ethnic relationships on pupils' networks. **Social Networks**, v. 26, n. 1, p. 55-74, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2004.01.003>.

BAERVELDT, Chris et al. Ethnic boundaries in high school students' networks in Flanders and the Netherlands. **International Sociology**, v. 22, n. 6, p. 701-720, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/0268580907082248>.

BELL, Derrick. **Faces at the bottom of the well: the permanence of racism**. New York: Basic Books, 1992.

BLOCK, Per. Reciprocity, transitivity, and the mysterious three-cycle. **Social Networks**, v. 40, p. 163-173, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2014.10.005>.

BLOCK, Per; GRUND, Thomas. Multidimensional homophily in friendship networks. **Network Science**, v. 2, n. 2, p. 189-212, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1017/nws.2014.17>.

BRECHWALD, Whitney A.; PRINSTEIN, Mitchell J. Beyond homophily: a decade of advances in understanding peer influence processes. **Journal of Research on Adolescence**, v. 21, n. 1, p. 166-179, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1532-7795.2010.00721.x>.

BREWER, Marilynn B. In-group bias in the minimal intergroup situation: a cognitive-motivational analysis. **Psychological Bulletin**, v. 86, n. 2, p. 307-324, 1979. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.86.2.307>.

BROCKDORF, Soren. Reassessing arrest disparity using skin tone as a continuous variable. **Race and Social Problems**, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12552-025-09464-y>.

BYRNE, Donn. **The attraction paradigm**. New York: Academic Press, 1971.

COSTA, Sérgio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 48, p. 123-140, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CURRARINI, Sergio; JACKSON, Matthew O.; PIN, Paolo. Identifying the roles of race-based choice and chance in high school friendship network formation. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 107, n. 11, p. 4857-4861, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0911793107>.

DATAFOLHA. Cerca de 8 em cada 10 pessoas pretas que tiveram relacionamentos inter-raciais afirmam que o parceiro era branco. **Terra**, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/cerca-de-8-em-cada-10-pessoas-pretas-que-tiveram-relacionamentos-inter-raciais-afirmam-que-o-parceiro-era-branco%2Cb2e3be5b40181507300713e63ba7f51cen3wlzm6.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

DAVIES, Kristin et al. Cross-group friendships and intergroup attitudes: a meta-analytic review. **Personality and Social Psychology Review**, v. 15, n. 4, p. 332-351, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1177/1088868311411103>.

DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. **Critical race theory: an introduction**. New York: New York University Press, 2001.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **The souls of Black folk**. New York: Dover Publications, 1994 [1903].

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

ELSTER, Jon. **Making sense of Marx**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEAGIN, Joe R.; ELIAS, Sean. Rethinking racial formation theory: a systemic racism critique. **Ethnic and Racial Studies**, v. 36, n. 6, p. 931-960, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2012.669839>.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

FREITAS, Alan. Percepção da discriminação racial: nuances e especificidades dentro da população negra brasileira. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 6, p. 4699-4719, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N6-002>

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOLDBERG, David Theo. **Are we all postracial yet?** Cambridge: Polity Press, 2015.

GOLDBERG, David Theo. **Racism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

GOLDBERG, David Theo. **The comparative and the relational**. New York: Oxford University Press, 2018.

GOLDBERG, David Theo. **The racial state**. Malden: Blackwell, 2002.

GOLDBERG, David Theo. **The threat of race: reflections on racial neoliberalism**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOLDBERG, David Theo. **Are we all postracial yet?** Cambridge: Polity Press, 2015.

GOLDBERG, David Theo. **Racism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

GOLDBERG, David Theo. **The comparative and the relational**. New York: Oxford University Press, 2018.

GOLDBERG, David Theo. **The racial state**. Malden: Blackwell, 2002.

GOLDBERG, David Theo. **The threat of race: reflections on racial neoliberalism**. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

GOODREAU, Steven M.; KITTS, James A.; MORRIS, Martina. Birds of a feather, or friend of a friend? Using exponential random graph models to investigate adolescent social networks. **Demography**, v. 46, n. 1, p. 103-125, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1353/dem.0.0045>.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 54, p. 147-156, 1999.

HALLINAN, Maureen T.; TEIXEIRA, Ricardo A. Opportunities and constraints: Black-White differences in the formation of interracial friendships. **Child Development**, v. 58, n. 5, p. 1358-1371, 1987. DOI: <https://doi.org/10.2307/1130627>.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73, p. 5-12, 1990.

HOFSTRA, Bas et al. Sources of segregation in social networks: a novel approach using Facebook. **American Sociological Review**, v. 82, n. 3, p. 625-656, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0003122417705656>.

JUGERT, Philipp; LESZCZYNSKY, Lars; PINK, Sebastian. Differential influence of same- and cross-ethnic friends on ethnic-racial identity development during adolescence. **Child Development**, v. 91, n. 3, p. 960-977, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdev.13240>.

KALMIJN, Matthijs. Inter marriage and homogamy: causes, patterns, trends. **Annual Review of Sociology**, v. 24, p. 395-421, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.395>.

KAO, Grace; JOYNER, Kara. Do race and ethnicity matter among friends? Activities among interracial, interethnic, and intraethnic adolescent friends. **The Sociological Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 557-573, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1533-8525.2004.tb02303.x>.

LAZARFELD, Paul F.; MERTON, Robert K. Friendship as social process: a substantive and methodological analysis. In: BERGER, Morroe; ABEL, Theodore; PAGE, Charles H. (eds.). **Freedom and control in modern society**. New York: D. Van Nostrand, 1954. p. 18-66.

LEWIS, Amanda. **Race in the schoolyard: negotiating the color line in classrooms and communities**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2003.

LIN, Nan. **Social capital: a theory of social structure and action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815447>.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1: o processo de produção do capital. 34. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MATSUDA, Mari et al. **Words that wound: critical race theory, assaultive speech, and the First Amendment**. Boulder: Westview Press, 1993.

McPHERSON, Miller; SMITH-LOVIN, Lynn; COOK, James M. Birds of a feather: homophily in social networks. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p. 415-444, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.415>.

MOODY, James. Race, school integration, and friendship segregation in America. **American Journal of Sociology**, v. 107, n. 3, p. 679-716, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1086/338954>.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OMI, Michael; WINANT, Howard. **Racial formation in the United States**. 3. ed. New York: Routledge, 2015.

PETTIGREW, Thomas F.; TROPP, Linda R. A meta-analytic test of intergroup contact theory. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 90, n. 5, p. 751-783, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1037/0022-3514.90.5.751>.

PHINNEY, Jean S. Ethnic identity in adolescents and adults: review of research. **Psychological Bulletin**, v. 108, n. 3, p. 499-514, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-2909.108.3.499>.

PORTES, Alejandro. The rise of ethnicity: determinants of ethnic perceptions among Cuban exiles in Miami. **American Sociological Review**, v. 49, n. 3, p. 383-397, 1984. DOI: <https://doi.org/10.2307/2095282>.

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. The new second generation: segmented assimilation and its variants. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 530, n. 1, p. 74-96, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002716293530001006>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

QUILLIAN, Lincoln; CAMPBELL, Mary E. Beyond black and white: the present and future of multiracial friendship segregation. **American Sociological Review**, v. 68, n. 4, p. 540-566, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/000312240306800403>.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400006>.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa; SILVA, Nelson do Valle. Cor, educação e casamento: tendência da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados**, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000100001>.

SANSONE, Livio. **Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SANTOS, Cecilia E.; KORNIENKO, Olga; RIVAS-DRAKE, Deborah. Peer influence on ethnic-racial identity development: a multi-site investigation. **Child Development**, v. 88, n. 3, p. 725-742, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdev.12789>.

SILVA, Nelson do Valle. **Pesquisa Dimensões Sociais da Desigualdade (PDSD)**. Rio de Janeiro: IESP/UERJ, 2008. Disponível em: <https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/base-de-dados-pesquisa-dimensoes-sociais-da-desigualdade-pdsd>. Acesso em: 4 jul. 2025.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SMALL, Mario Luis. **Unanticipated gains: origins of network inequality in everyday life**. New York: Oxford University Press, 2009.

SMITH, Sanne et al. Ethnic ingroup friendships in schools: testing the by-product hypothesis in England, Germany, the Netherlands and Sweden. **Social Networks**, v. 39, p. 33-45, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2014.04.003>.

SMITH, Sanne et al. Ethnic composition and friendship segregation: differential effects for adolescent natives and immigrants. **American Journal of Sociology**, v. 121, n. 4, p. 1223-1272, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1086/684032>.

SNIJDERS, Tom A. B.; BOSKER, R. J. **Multilevel analysis: an introduction to basic and advanced multilevel modeling**. London: Sage, 2010.

SNIJDERS, Tom A.; VAN DE BUNT, Gerhard G.; STEGLICH, Christian E. Introduction to stochastic actor-based models for network dynamics. **Social Networks**, v. 32, n. 1, p. 44-60, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.socnet.2009.02.004>.

STARK, Tobias H.; FLACHE, Andreas. The double edge of common interest: ethnic segregation as an unintended byproduct of opinion homophily. **Sociology of Education**, v. 85, n. 2, p. 179-199, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1177/0038040711427314>.

STEGLICH, Christian; SNIJDERS, Tom A. B.; PEARSON, Michael. Dynamic networks and behavior: separating selection from influence. **Sociological Methodology**, v. 40, n. 1, p. 329-393, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9531.2010.01225.x>.

TAJFEL, Henri. **Differentiation between social groups: studies in the social psychology of intergroup relations**. London: Academic Press, 1978.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. The social identity theory of intergroup behavior. In: WORCHEL, Stephen; AUSTIN, William G. (eds.). **Psychology of intergroup relations**. Chicago: Nelson-Hall, 1986. p. 7-24.

TARDE, Gabriel. **Las leyes de la imitación**. 2. ed. Madrid: Daniel Jorro, 1907.

TELLES, Edward. **Race in another America: the significance of skin color in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

THORNE, Barrie. **Gender play: girls and boys in school**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1993.

TÖNNIES, Ferdinand. Normas sociais: características gerais. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (org.). **Homem e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1965. [1931].

TREDOUX, Colin; FINCHILESCU, Gillian. Mediators of the contact-prejudice relationship among South African students on four university campuses. **Journal of Social Issues**, v. 66, n. 2, p. 289-308, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2010.01646.x>.

TWINE, France Winddance. A white side of black Britain: the concept of racial literacy. **Ethnic and Racial Studies**, v. 27, n. 6, p. 878-907, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1080/0141987042000268512>.

TWINE, France Winddance. **A white side of black Britain: interracial intimacy and racial literacy**. Durham: Duke University Press, 2011.

UMAÑA-TAYLOR, Adriana J. et al. Ethnic and racial identity during adolescence and into young adulthood: an integrated conceptualization. **Child Development**, v. 85, n. 1, p. 21-39, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/cdev.12196>.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. v. 2. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WIMMER, Andreas. **Ethnic boundary making: institutions, power, networks**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

### **Contribuição dos autores**

Todos os autores contribuíram igualmente para o desenvolvimento deste artigo.

### **Disponibilidade dos dados**

Todos os conjuntos de dados relevantes para as conclusões deste estudo estão totalmente disponíveis no artigo.

### **Como citar este artigo (APA)**

Freitas, A. A. RACISMO CONFIGURACIONAL. *Veredas Do Direito*, e234065. <https://doi.org/10.18623/rvd.v23.n1.4065>